



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000342739

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1139343-82.2023.8.26.0100/50001, da Comarca de São Paulo, em que é embargante FUNDAÇÃO SUDAMERIS S.A, é embargada CELI MARIA PORTES DE CARLI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOÃO BATISTA VILHENA (Presidente sem voto), J.L. MÔNACO DA SILVA E JAMES SIANO.

São Paulo, 7 de abril de 2025.

ERICKSON GAVAZZA MARQUES

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO n°
1139343-82.2023.8.26.0100/50001
Embargante: FUNDAÇÃO SUDAMERIS S/A
Embargada : CELI MARIA PORTES DE CARLI

VOTO N° 51902

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO –
OBRIGAÇÃO DE FAZER – PLANO DE SAÚDE –
INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PRETENSÃO DE
REAPRECIÇÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA –
INADMISSIBILIDADE - RECURSO QUE NÃO TEM EFEITO
INFRINGENTE – PREQUESTIONAMENTO –
DESNECESSIDADE – BASTA UMA SIMPLES ALUSÃO
AOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS -
PRECEDENTES DO STJ - EMBARGOS REJEITADOS.

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos face à decisão colegiada de fls. 302/308 que, nos autos da ação de obrigação de fazer, por votação unânime, deu parcial provimento ao recurso da autora.

Sustenta a embargante, em suma, que o acórdão foi omissivo, pois não se manifestou sobre a aplicabilidade do art. 7º do Estatuto ao caso, haja vista que nos termos do dispositivo, para que haja a concessão de qualquer benefício – inclusive o Clínica Grátis – depende da existência de patrimônio suficiente para sua garantia, de modo que, sem recursos, a Entidade não poderá continuar a conceder o benefício a que se obrigou inicialmente. Prequestiona

os artigos 127, 128 e 427 do Código Civil, bem como o artigo 5º XXXVI, da Constituição Federal. Pede o acolhimento dos embargos.

É o relatório.

Conheço do recurso, posto que tempestivo.

Ora, analisando-se as razões constantes nos embargos de declaração, em cotejo com aquilo que restou decidido no acórdão embargado, observa-se que a embargante não demonstrou a existência de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no julgado capaz de ensejar a interposição do presente recurso, de estreitos contornos processuais, mas almeja, em verdade, a modificação da decisão em seu favor.

Ora, não há omissão a ser sanada, uma vez que o acórdão foi claro ao entender que “(...) *trata-se de plano de saúde sem cobrança de contraprestação, utilizado pela apelante há mais de 20 anos, sem qualquer ressalva por parte da ré, ora apelada, o que implica, devido ao grande decurso de prazo, na justa expectativa do direito da autora em manter o aludido plano, nos mesmos moldes em que fora contratado pelo falecido titular.*”

Dentro deste contexto, cumpre observar que o artigo 1.022 do Código de Processo Civil é expresso ao dispor que os embargos declaratórios somente têm cabimento diante da

existência de obscuridade, contradição ou omissão na decisão judicial, não constituindo recurso idôneo para a obtenção de um novo julgamento sobre as matérias em questão.

Nesse sentido é a posição do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

“Se a pretensão embargada configura verdadeiro pedido de nova decisão, é oportuno rememorar a lição sempre atual de Pontes de Miranda, ao dilucidar que nos embargos declaratórios 'o que se pede é que se declare o que foi decidido, porque o meio empregado para exprimi-lo é deficiente ou impróprio. Não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima' e continua, 'se permitido fosse, em embargos declaratórios, rejulgar, ferido de frente ficaria o direito processual brasileiro' (cf. 'Comentários ao Código de Processo Civil', Ed. Forense, vol. VII, ps. 399-400)” (STJ - EDcl no Ag 278.618 – SP – Rel. Min. FRANCIULLI NETTO – 2ª Turma – j. 15.06.2000, in DJ 21.08.2000, p. 115).

Com efeito, somente em casos excepcionais se pode agregar efeito infringente aos embargos de declaração, modificando o julgado, situação que não se configura na espécie

em apreço, sendo forçoso concluir que a via eleita é inadequada para a pretensão.

No mais, desnecessário prequestionar a aplicação dos dispositivos legais supostamente não examinados se a matéria objeto da discussão já tiver sido ventilada anteriormente, ao menos implicitamente, consoante o que já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“Configura-se o prequestionamento implícito quando o Tribunal de origem emite juízo de valor em torno da tese recursal, ainda que de maneira sucinta e sem referência expressa aos dispositivos legais tidos por violados” (STJ, 3ª turma, REsp nº 1.370.152/RJ, rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, DJe 13.11.2015).

Enfim, vê-se que, embora a parte embargante tenha interposto o presente recurso alegando omissões, contradições e prequestionando a aplicação de dispositivos legais que julga não terem sido objeto de exame, em realidade busca uma revisão do r. *decisum sub censura*, o que é inadmissível.

Diante do exposto, REJEITO os embargos declaratórios.

ERICKSON GAVAZZA MARQUES

Relator